À COLETA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2025

PROCESSO DE COMPRA Nº. 038/2025

LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.157.813/0001-79, com endereço situado na Av. Del Rey, nº111, Sala 206 bloco D., Bairro Caiçaras, em Belo Horizonte, CEP 30.775-240, vem, respeitosamente, apresentar **CONTRARRAZÕES À IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa **NEXUS GEOENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, o que se passa a fazer:

I – DA TEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES

1. Considerando que a intimação para apresentar contrarrazões ocorreu em 17 de março de 2025, a contagem do prazo de 05 (cinco) dias iniciou em 18 de março de 205 e finalizará em 23 de março de 2025, prorrogando-se para o dia 24 de março de 2025. Portanto, tempestiva a presente manifestação.

II – DA PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO DA EMPRESA NEXUS GEOENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

2. A Lei 14.133/2021 é o diploma legal que regulamenta as licitações e contratos administrativos no país. Dessa forma, o Pregão 001/2025 da SAEG deve seguir as disposições da referida lei.

3. Ocorre que a mencionada Lei estabelece o prazo de 03 (três) dias para o caso de interposição de Recursos durante o processo licitatório, senão vejamos:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:
I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) julgamento das propostas;
c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
(GRIFO NOSSO)

4. Sendo assim, a empresa NEXUS GEOENGENHARIA E COMÉRICO LTDA tinha o prazo até o final do dia 14 de março de 2025 para apresentar seu recurso.

5. Como se pode observar, o Recurso da empresa NEXUS GEOENGENHARIA E COMÉRICO LTDA foi apresentado no dia 17 de março de 2025.

6. Portanto, o Recurso da empresa NEXUS GEOENGENHARIA E COMÉRICO LTDA deve ser considerado intempestivo e, conseqüentemente, não deve ser conhecido.

III. DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

7. É de fundamental importância esclarecer a realidade fática do caso em tela, o que por si só afasta por completo o recurso que ora se combate.

III.1. Suposta alegação de descumprimento do item 5.2.1:

8. O Anexo I especifica os serviços que são objeto do certame, mas nada orienta quanto ao preenchimento de eventual proposta técnica ou detalhamento técnico da proposta comercial.

9. Ademais, a Lei nº 14.133/2021 não prevê a possibilidade de julgamento por técnica e preço ou melhor técnica na modalidade pregão, de modo que não faz sentido exigir detalhamento técnico nesta modalidade.

10. Por fim e mais importante, o Anexo IV é apresentado no próprio edital como o modelo de proposta comercial para preenchimento pelas partes proponentes, sendo que foi exatamente como foi apresentada a proposta da **LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA.**

11. Logo, a Proposta da **LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA** deve ser considerada apta, pois foi apresentada exatamente conforme determinado no anexo IV, do edital.

III.2. Suposta alegação de descumprimento e inadequação de atestados do item 7.3:

12. No ordenamento jurídico pátrio, temos que "Ninguém pode ser obrigado a um ato impossível.", o que garante que a Administração Pública e seus administrados não serão obrigados a cumprir exigências inviáveis. Dessa forma, é de fundamental importância esclarecer que a **LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA** cumpriu o item 7.3 do edital e as alegações do Recurso de suposto descumprimento do item 7.3 não deve prevalecer. Isso porque apresentou diversos Atestados de Capacidade Técnica emitidos por seus clientes para a atividade principal, que é o desenvolvimento em GIS, sendo que apresentou CAT's sem

registro de atestado correspondente, uma vez que a Resolução CONFEA nº 218/1973 e o CREA, que definem as atribuições dos engenheiros e a necessidade de registro, não exigem o registro para a atividade de desenvolvimento em GIS.

13. Ou seja, um Atestado de Capacidade Técnica pode ser emitido para uma atividade, mesmo que ela não exija registro no CREA, mas o contrário não é possível. Desse modo, para atender as exigências do edital (alinhamento temático de Atestado Técnico e CAT), a **LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA** trouxe Atestados de Capacidade relacionados à desenvolvimento em GIS e CAT's relacionados a atividades que possuem registro no CREA e que são acessórias ou complementares a atividade principal (aerofotogrametria e topografia), já que não é possível a emissão de CAT com Atestado registrado no CREA para a atividade de Desenvolvimento GIS, objeto do Termo de Referência.

14. Se o trabalho envolver apenas desenvolvimento de software sem implicações técnicas de engenharia, ele pode ser exercido por profissionais de tecnologia da informação sem necessidade de registro no CREA. Assim, as atribuições do artigo 1 da Res 218 do CONFEA exigidas pelo item 7.3. a) só persistem para CATs que não se relacionem com a atividade principal do edital: Desenvolvimento GIS.

15. Não existe forma de atender a exigência de CAT com registro de Atestado de atividade não prevista no CONFEA/CREA. Vejamos:

Resolução CONFEA nº 1.137/2023

- ◆ No Artigo 1º, define que a ART é obrigatória para atividades privativas de profissionais com registro no CREA.
- ◆ No Artigo 25, reforça que a CAT só pode ser emitida para

atividades com ART previamente registrada.

Art. 25. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o documento que certifica, para efeitos legais, que consta no Acervo Técnico do profissional a atividade técnica por ele desenvolvida e registrada em ART.

16. Como a CAT depende da ART, e a ART só pode ser emitida para atividades dentro das atribuições profissionais do CREA, não é possível emitir CAT para atividades que não exigem registro no CREA.

17. Ademais, no que tange à comprovação da execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional iguais ou superiores para uma cidade com pelo menos 50% da população de Guaratinguetá, é mister ressaltar que na maioria das vezes o mapa de concessão ou a área de abrangência de uma empresa pública ou privada, no setor de saneamento ou fora, supera os limites geográficos de um município, de modo que o item define como parâmetro a POPULAÇÃO. Deste modo, os clientes atendidos pela **LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA**, como a Rumo Logística, que possui mais de 14mil km de linhas ferras, afetam diretamente uma população muito superior a parametrizada pelo item, visto que passa por centenas de municípios, tendo, de fato, inúmeras questões de conflito sob sua faixa de domínio. Deste modo, as atividades da Lead superam a extensão de qualquer município em área e em população ("quem pode mais, pode menos").

18. Em relação a alegação de suposta ausência de autenticação dos atestados técnicos apresentados pela **LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA**, é mister destacar que embora o selo visual da assinatura digital apareça em uma única página, a validade da assinatura se estende a todo o documento eletrônico, conforme previsto na legislação vigente (MP 2.200-2/2001 e normativos do ITI). A

verificação pode ser feita tanto por meio de plataformas oficiais de validação (como o Verificador de Conformidade do ITI) quanto pela análise dos metadados do arquivo PDF, que demonstram que nenhuma alteração foi feita após a assinatura. Assim, a ausência de selos visuais em todas as folhas não compromete a autenticidade e integridade do documento.

19. Outrossim, a despeito de qualquer entendimento de ausência de autenticação, a LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA vale-se do “Anexo VII.1 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO” a partir do espaço legal dado pelo inciso IV, art. 12 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos que assevera que “a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;”. Caso ainda persista o entendimento, a **LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA** reforça sua declaração de autenticidade neste ato, por seu preposto e advogado (OAB SP 476649), em redundância ao anexo de credenciamento e com fulcro no mesmo instrumento legal acima mencionado.

20. Por fim, quanto a alegação de que o profissional GUSTAVO JULIO FRANCO supostamente não pertence ao quadro permanente da LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA, é fundamental revisitar o CAT 1420170008502 em nome do profissional GUSTAVO JULIO FRANCO, o qual possui registro de atestado e menciona expressamente em seu corpo a razão social da empresa contratada na época dos serviços prestados, qual seja, LEAD CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, antiga razão social da LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA. Deste modo, o vínculo entre o profissional e a empresa contratada está posto no próprio CAT em questão, visto que o CREA verifica as informações apresentadas em um CAT com registro de atestado antes

de homologá-lo, na forma da legislação a seguir:

Lei nº 5.194/1966: Artigos 1º a 7º.

Resolução CONFEA nº 1.025/2009: Artigos 47 ao 59, com destaque para os artigos 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53.

Resolução CONFEA nº 1.090/2017: Aplicável em seu todo como base complementar, especialmente nos trechos que tratam dos procedimentos operacionais da ART e da análise documental.

21. Todavia, por mais que se considere o CAT 1420170008502 como inadequado, é notável que os demais CATs e Atestados de Capacidade apresentados atendem ao edital e suplantam a necessidade do certame com segurança, de modo que não se afigura qualquer demérito a comprovação de aptidão técnica da LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA.

22. Portanto, a alegação de suposto descumprimento e inadequação dos atestados do item 7.3 não merece prosperar.

IV – CONCLUSÃO

23. Ante as considerações expostas a **LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA** requer:

i) Seja reconhecida a preliminar de intempestividade do Recurso da empresa **NEXUS GEOENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, nos termos do art. 165, da Lei 14.133/2021 e, conseqüentemente, seja ratificada a ata da licitação que declarou como vencedora a

empresa **LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA** e;

ii) Caso ultrapassada a preliminar de intempestividade, que no mérito o Recurso da empresa **NEXUS GEOENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA** seja julgado totalmente improcedente, ratificando-se a ata da licitação que declarou como vencedora a empresa **LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA**.

Pede e espera deferimento.

Belo Horizonte/MG, 20 de março de 2025.

LEAD SERVIÇOS FUNDIÁRIOS LTDA